

# GRUPOS DE PESQUISAS E LICENCIATURAS EM PEDAGOGIA NAS UNIVERSIDADES

UNIFAL e UFVJM (Minas Gerais, Brasil) e as Temáticas das Relações Étnico-Raciais

**ADRIANO TOLEDO PAIVA\***  
**APARECIDA AMORIM \*\***

## RESUMO

Neste artigo investiga-se a atuação de grupos de pesquisas das Faculdades e Departamentos de Educação de duas das Universidades Federais do Estado de Minas Gerais, Brasil. Analisamos os grupos de pesquisas na temática das relações étnico-raciais situados na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) (Campus JK, Diamantina, Brasil). Temos como objetivo mapear os grupos de pesquisa e suas produções na temática das relações étnico-raciais, bem como verificar como o assunto é debatido e a sua possível influência na formação dos futuros profissionais da área de educação. Os resultados obtidos revelam grupos de pesquisa que tiveram importante atuação na formação continuada de professores e diálogo com as políticas públicas no cenário nacional.

**Palavras-chave:** Educação superior; Grupos de Pesquisa; Relações Étnico-raciais.

## ABSTRACT

In this article we investigate the performance of research groups of the Faculties and Departments of Education of the Federal Universities of two of the federal unit of Minas Gerais, Brazil. We analyzed the research groups on the subjects of ethnic-racial relations located in the Federal University of Alfenas (UNIFAL) and Federal University of the Jequitinhonha and Mucuri Valleys (UFVJM) (Campus JK, Diamantina, Brazil). We will map the research groups and their productions on the subject of ethnic-racial relations, as well as to verify how the subject is debated and its possible influence in the formation of the future professionals of the education area. Our research results reveal groups of researchers that have had a significant impact on continuing teacher education and and dialogue with public policies in the national level.

**Keywords:** Higher Education; Research Groups; Ethnic-racial Relations.

\*PAIVA é doutor em História pela UFMG, Belo Horizonte, Brasil (2013). Pós-doutor em História pela UFOP; Bolsista de Pós-doutorado PNPd-CAPES do PPGHIS/UFMG, professor designado da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG, Campus BH). Email: adrianohis@yahoo.com.br

\*\*AMORIM é doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Marília, Brasil (2015), professora designada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG, Campus BH). Email: ap.pi.amorim@gmail.com

## Introdução

O presente artigo tem como enfoque analisar a execução de pesquisas e as produções bibliográficas relacionadas ao tratamento das questões étnico-raciais na educação. As abordagens destes temas são imperativas para a construção coletiva e o aprimoramento de propostas de novas abordagens sobre a questão da diversidade e desigualdades raciais e de gêneros no Brasil. Investigaremos grupos de pesquisa na temática das relações étnico-raciais nas licenciaturas em pedagogia na UNIFAL e UFVJM, instituições situadas na unidade federativa de Minas Gerais.

Em um primeiro momento, fizemos um levantamento de todos os cursos de Pedagogia e/ou Faculdades de Educação das instituições federais de ensino superior (IES) públicas do Estado de Minas Gerais (Quadro 1).

**Quadro 1: Relação de Universidades Públicas Estaduais e Federais do Estado de Minas Gerais que Ofertam ou Não o Curso de Pedagogia**

Instituição	Unidades/Campus/Cidades	Presencial / EaD
UFJF	Juiz de Fora	Presencial
UFLA	Lavras	EaD
UFMG	Belo Horizonte	Presencial
UFOP	Ouro Preto	Presencial
UFSJ	São João Del Rei	Presencial e EaD
UFTM	Não tem o curso de Pedagogia	-
UFU	Uberlândia	Presencial e EaD
UFV	Viçosa / Ituiutaba	Presencial
UFVJM	Diamantina	Presencial
UNIFAL	Alfenas	Presencial
UNIFEI	Não tem o curso de Pedagogia	-

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entre as IFES públicas federais, duas não ofertam o curso de licenciatura em Pedagogia (Quadro 1), totalizando 11 instituições públicas que o ofertam, sendo 9 federais e 2 estaduais. Assim serão analisados especificamente os grupos de pesquisa que tratam da temática das relações étnico-raciais existentes na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).

## Metodologia de Coleta de Dados

---

---

Utilizamos como instrumentos de coleta de dados um formulário para identificarmos as informações sobre os Grupos de Pesquisa, um formulário para verificarmos os dados dos pesquisadores a partir das informações disponibilizadas no Currículo Lattes (CNPq) e um formulário para registrarmos as redes de colaboração dos pesquisadores. Empregamos como metodologia a abordagem quantitativa e qualitativa<sup>1</sup> para mensurar as informações concernentes aos grupos de pesquisa e mapear as características que os definem, bem como sua atuação nas instituições de ensino superior.

Para identificarmos os grupos de pesquisa na temática das relações étnico-raciais que atuam nos cursos de Pedagogia e/ou Faculdade de Educação das instituições analisadas, os seus componentes, a produção bibliográfica e suas redes de colaboração, serão extraídas informações do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil e dos currículos dos pesquisadores que integram a Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). De acordo com Sidone, Haddad e Mena-Chauco, o CNPq constitui “o sistema padrão nacional no registro das atividades acadêmicas e profissionais da comunidade científica” no país<sup>2</sup>.

Através das informações sobre os grupos de pesquisa, estudamos a atuação e produção dos pesquisadores destes grupos na temática citada por meio do levantamento de sua produção científica que compreende: artigos completos publicados em periódicos; trabalhos completos em anais de congressos; livros e/ou capítulos de livros, bem como se os pesquisadores organizaram ou foram editores de livros; orientações realizadas – trabalhos de conclusão de curso da graduação e especialização, dissertações e teses – e a produção técnica, tais como a oferta de cursos de extensão e a elaboração de material didático, entre outros. Para identificar as atividades de pesquisa e extensão, verificamos se os grupos estão ou não ativos por meio do levantamento da realização de reuniões e a promoção de eventos por meio de seus participantes. Por fim, traçamos um breve perfil acadêmico dos pesquisadores que compõem estes grupos de pesquisa e verificamos suas redes de cooperação e os intercâmbios institucionais através da análise de suas publicações em relação à filiação acadêmica, pertença às grandes áreas do conhecimento, localização geográfica das instituições, contabilização da produção e da colaboração científicas através da análise das redes de co-autoria das publicações. Inicialmente, analisamos, de forma mais detida, a produção dos pesquisadores docentes do grupo. A análise da produção dos grupos neste tema pode nos permitir avaliar como os espaços universitários estão lidando com a obrigatoriedade da abordagem das culturas afro-brasileiras e indígenas em seu cotidiano, assim como preparando professores para atuarem com a obrigatoriedade desta abordagem no currículo escolar. A Lei 11645/2008 instituiu a obrigatoriedade da abordagem do tema das culturas que formam o Brasil e das relações étnico-raciais nos currículos da educação básica<sup>3</sup>.

## **A Lei 11645/2008 e Alguns Impactos na Formação Docente**

Desde a aprovação e publicação da Lei Nº 11.645/2008, que instituiu a obrigatoriedade de ensino da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena” na educação básica,

---

1 MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

2 SIDONE, O. J. G.; HADDAD, E. A.; MENA-CHALCO, J. P. “A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica”, *Transinformação*, Campinas, v. 28, n. 1, Apr. 2016, p.19.

3 A análise dos nossos dados refere-se às consultas realizadas na plataforma do CNPq na data de 30/10/2016, ou seja, possivelmente estes passaram por alterações devido às atualizações constantes nos grupos de pesquisas e currículos dos pesquisadores. Deste modo, solicitamos a observação deste marco cronológico para análise de nossos resultados e reflexões.

muitos textos foram publicados e grupos de pesquisa têm se dedicado a pensar a formação de professores e a produção de material didático para suas escolas<sup>4</sup>. Contudo, a produção desta bibliografia e materiais didáticos da área ainda é escassa e pouco acessível.

Nas propostas curriculares e governamentais, observamos que os ensinamentos de história e de ciências sociais são considerados importantes elementos para a construção identitária dos alunos. Destarte, a reflexão acerca das práticas de pesquisa no ensino superior torna-se cada vez mais relevante para a observação do tratamento de abordagens étnico-sociais nestes espaços. As instituições de ensino não devem se apartar das discussões acerca da diversidade étnica, cultural e de gênero, pois sua realidade e cotidiano têm a presença de discentes e docentes de diferentes pertencimentos e origens étnico-raciais, idades e posicionamentos afetivo-sexuais. Os processos educativos, assim como a história, não são caracterizados pela unidade, sob a “forma monolítica”, mas, sobretudo pela riqueza de seus diferentes registros, gostos, costumes, expressões e interesses individuais.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), do ano de 1996, a instituição escolar deve fomentar “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”<sup>5</sup>. Neste sentido, as práticas educativas seriam mediadoras da construção de identidades “responsáveis e solidárias”, promovendo a compreensão e configuração do eu e do outro<sup>6</sup>. A disciplina história e as ciências sociais nos textos legais são consideradas instrumentos essenciais na compreensão do significado das linguagens das ciências e das realidades sociais, visando à estruturação de um cidadão consciente de seu papel.

Desta forma, o graduando ancorado nos fundamentos da igualdade e dos Direitos Humanos se posicionará criticamente perante a sociedade, o ambiente escolar, guiando os seus companheiros e atitudes em relação ao distanciamento de formas de injustiça e preconceito<sup>7</sup>. A construção identitária discente relaciona-se com a apropriação, a compreensão dos resultados e significados das disciplinas adquiridas no contexto escolar e seu confronto com a realidade familiar e comunitária.

Conforme Tardif *et al.* (1991, p.218-219), o saber docente é um saber plural formado pela “amalgama aparentemente coerente” dos saberes advindos da formação profissional, dos saberes das disciplinas, das estruturas curriculares e da experiência. Ao ensinar, o professor procederá com um enredo e uma leitura que se estrutura de acordo com as suas necessidades e percepções das realidades/anseios circundantes.

---

4 A lei 10.639/2003 foi elaborada para alteração e aprimoramento da lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Leis de Diretrizes e bases da Educação Nacional (doravante LDB), estabelecendo a inclusão obrigatória da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de Ensino Básico. Desta forma, inseriu-se no conteúdo do texto legal a história da África e dos africanos, as estratégias de resistências negras e a participação dos negros na cultura e na sociedade nacional. No calendário escolar instituiu-se o dia 20 de novembro para celebração do dia da consciência negra. Para abordagem destas questões na educação, o texto da lei salienta que os conteúdos incluídos no cotidiano escolar serão ministrados em toda a grade curricular, sendo especialmente administrados nas disciplinas de educação artística, literatura e história brasileira. Em 2008, publicou-se um artigo, Lei 11645/2008, que altera as legislações citadas para inclusão da temática História e Cultura Indígena no currículo escolar. BRASIL. *Lei n. 10.639, 9 de janeiro de 2003*. Institui a obrigatoriedade do Ensino da Cultura Afro-brasileira nas Instituições de Ensino. Disponível em: <[http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei\\_10639\\_09012003.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2016. BRASIL. *Lei n. 11.645, 10 de março de 2008*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm)>. Acesso em: 28 mar. 2016. BRASIL. *Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, 2004.

5 BRASIL. *Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 1999, p.46-47.

6 *Ibidem*, p.286.

7 *Ibidem*, p.290.

---

---

Neste sentido, os graduandos dos cursos de licenciatura em pedagogia devem conhecer e pesquisar o seu campo de atuação e aspectos das trajetórias individuais e vivências de seus alunos para melhor proceder com suas futuras atividades de ensino/aprendizado.

Deste modo, esse artigo tem como objetivo mapear os grupos de pesquisa e suas produções na temática das relações étnico-raciais, bem como verificar como a temática está sendo debatida e sua possível influência na formação dos futuros profissionais dos cursos de licenciatura em Pedagogia e/ou Faculdades de Educação do Estado de Minas Gerais, ou ainda no Bacharelado em Humanidades (UFVJM).

## **Alguns Resultados**

### **Grupo de Pesquisa na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)**

#### **Grupo de Pesquisa 01 - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Filosofia, História e Teoria Social**

A Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) possui dois grandes grupos de pesquisa na Faculdade de Educação, mas apenas um deles trata diretamente da temática das relações étnico-raciais e suas vinculações com a formação de professores. O grupo de pesquisa está vinculado ao Departamento de administração escolar e é denominado “Filosofia, História e Teoria Social”, sendo coordenado pelo professor Dr. Marcos Roberto de Faria. O pesquisador é filósofo e doutor em educação: história, política, sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O professor tem interesse nas seguintes áreas de investigação: “Filosofia e Educação, Contra-Reforma, Jesuítas, Retórica e História das ideias pedagógicas no Brasil.”. O pesquisador atua nas seguintes linhas de pesquisa: “Filosofia, História e Teoria Social”, “Educação, Sociedade e Teorias Pedagógicas”. Destacamos o quadro de professores associados ao núcleo de estudos e pesquisas sobre filosofia, história e teoria social:

#### **Quadro 2: Relação dos professores associados ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Filosofia, História e Teoria Social**

<b>Pesquisadores</b>	<b>Titulação Máxima</b>
Adriano Pereira Santos	Doutorado
André Luiz Sena Mariano	Doutorado
Bruno José Rodrigues Durães	Doutorado
Gleyton Carlos da Silva Trindade	Doutorado
Henrique André Ramos Wellen	Doutorado
José Francisco Lopes Xarão	Doutorado
Luís Antonio Groppo	Doutorado
Marcos Roberto de Faria	Doutorado
Pablo Luiz de Oliveira Lima	Doutorado
Paulo César de Oliveira	Doutorado
Paulo Denisar Vasconcelos Fraga	Mestrado

Romeu Adriano da Silva	Doutorado
<b>Estudantes</b>	<b>Nível de Treinamento</b>
Ana Rosa Garcia de Oliveira	Graduação
Elvis Rezende Messias	Mestrado
Enzo Michel Felipe Correia dos Santos Goussain	Não há formação em andamento
Fabiana Mara de Oliveira	Graduação
Jessica Tamires Andrade Sabino	Graduação
Juliana Mota Ribeiro	Graduação
Junior Roberto Faria Trevisan	Graduação
Lívia Furtado Borges	Graduação
Muriel de Oliveira Morgante	Graduação

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Espelho do Grupo – base de dados do CNPq – disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4980971942220267>. Acesso em 30/10/2016.

### Quadro 3: Relação dos Pesquisadores Egressos ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Filosofia, História e Teoria Social

Pesquisadores	Período de Participação no Grupo
Débora Cristina Fonseca	De não informada a 06/11/2015
Leandro de Oliveira Galastri	De não informada a 05/12/2014

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Espelho do Grupo – base de dados do CNPq – disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4980971942220267> Acesso em 30/10/2016.

### Quadro 4: Relação dos Estudantes Egressos ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Filosofia, História e Teoria Social

Estudantes	Titulação Máxima
Renan da Cunha Peres	De não informada a 28/09/2015
Cristiane Rodrigues de Alencar	De não informada a 08/10/2016
Aliny Ronchi Leme	De não informada a 05/12/2014

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Espelho do Grupo – base de dados do CNPq – disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4980971942220267> Acesso em 30/10/2016.

O professor Faria, líder do grupo, possui produção destacada nas temáticas das relações étnico-raciais e da diversidade. Faria é membro da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (Anped), membro da Sociedade Brasileira de História da Educação e membro fundador da Associação Latinoamericana de Filosofia da Educação e da Sociedade Brasileira de Retórica<sup>8</sup>.

8 Informações coletadas do Currículo Lattes do pesquisador, disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1615459773983790> Acesso em 30/10/2016. Fonte: Acessar o espelho do grupo, disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4980971942220267> Acesso em 30/10/2016. Para verificar a página do grupo, acesse: <http://www.unifal-mg.edu.br/graduacao/system/files/imce/Pedagogia%202016%20-%201.pdf>

Faria também atuou em importantes cargos de gestão universitária, integrando a Direção e administração, Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (gestão 2010 a 2013), foi também da Comissão de Seleção do Programa de Pós-graduação em Educação (2014). Atualmente, o pesquisador integra a Composição da Secretaria de Assuntos Comunitários e de Cultura - SACC. Deste modo, o grupo possui grande destaque na formulação de políticas públicas para ingresso, permanência e formação de estudantes negros e pardos no ensino superior.

Desde o ano de 2012, Faria também integra a pesquisa coordenada por André Luiz Sena Mariano e Romeu Adriano da Silva, intitulada "Educação, Sociedade e Teorias Pedagógicas - HISTEDBR/UNIFAL-MG". A investigação analisa a perspectiva da Ciência da História, as fontes para a construção da História da Educação no município de Alfenas e municípios da região sul de Minas Gerais. Vejamos o quadro de linhas de pesquisas do grupo, juntamente com breve resumo de seus integrantes.

**Quadro 5: Linhas de Pesquisas do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Filosofia, História e Teoria Social**

Nome da Linha de Pesquisa	Estudantes	Pesquisadores
Filosofia e Teoria da História	1	3
Filosofia Moderna: Epistemologia, Política e Sociedade	3	3
Filosofia, Dialética e Teoria Social	5	11
Total	9	17

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Espelho do Grupo – base de dados do CNPq – disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4980971942220267> Acesso em 30/10/2016.

**Quadro 6: Integrantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Filosofia, História e Teoria Social**

Formação	Pesquisadores	Estudantes	Professores Estrangeiros	Total
Doutorado	11	0	0	11
Mestrado	1	1	0	2
Graduação	0	6	0	6
Outros	0	2	0	12

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Espelho do Grupo – base de dados do CNPq – disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4980971942220267> Acesso em 30/10/2016.

O grupo de pesquisa conta com 9 cadastros diferentes para estudantes em linhas de pesquisa e 17 ocorrências de pesquisadores em diferentes campos de pesquisa. Todavia, o grupo possui 11 pesquisadores com a titulação de doutorado e 2 com mestrado. O grupo de pesquisa também é constituído por um técnico, Thiago Bueno Pereira, cuja formação é especialização, ele foi incluso a pesquisa no ano de 2016 (17/06/2016).

## Grupo de Pesquisa na Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

### Grupo de pesquisa 01: Conhecimento, currículo, diferença cultural, sujeitos e processos da escola

A UFVJM, Campus JK, na cidade de Diamantina, possui um grupo de pesquisa na temática denominado: “Conhecimento, currículo, diferença cultural, sujeitos e processos da escola”. O grupo é liderado pelas professoras Denise da Silva Braga e Thamar Kalil de Campos Alves.

Denise da Silva Braga é professora adjunta da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM e coordenadora do curso de Licenciatura em Pedagogia da instituição. Ela atua como docente nos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Humanidades, e no Mestrado em Educação. É doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, com estágio na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto/Portugal (2012). Braga estuda o campo do currículo com ênfase nas questões da diferença, das sexualidades e gêneros, sobretudo das identidades LGBTI.

O bacharelado em Humanidades (BHu) da UFVJM foi criado em 2009 e concebido para promoção da interdisciplinaridade, na mobilidade acadêmica e na preservação dos valores de ensino, pesquisa e extensão no espaço institucional. Durante os quatro primeiros semestres, o curso fornece uma formação geral humanística, científica e artística-cultural para o graduando, que no limiar do terceiro ano (último do curso), escolhe a sua área de concentração. Neste período, o bacharel em humanidades poderá continuar sua trajetória acadêmica nos cursos de Licenciaturas nas seguintes áreas: Pedagogia, História, Geografia, Letras/Espanhol e Letras/Inglês.

A professora Thamar Kalil de Campos Alves é adjunta II dos cursos de Pedagogia e Bacharelado em Humanidades e no Programa de Pós-Graduação em Ensino em Saúde, da UFVJM. A pesquisadora atua na Coordenação de Gestão de Processos Educacionais do PIBID da UFVJM. Alves possui graduação em Licenciatura Plena em História pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (1995) e Mestrado em Educação pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (2003). O seu doutoramento foi realizado na área de Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) na linha de pesquisa “Políticas Saberes e Práticas Educativas” (2011).

O grupo articula pesquisas no campo do currículo, com destaque para as discussões que visam compreender as políticas e práticas curriculares em seus entrelaçamentos com a cultura, os sujeitos e a escola. As pesquisas analisam as relações ente os movimentos sociais, a cultura, os sujeitos da escola, as tecnologias e a sociedade<sup>9</sup>. A principal referência teórica do grupo é a perspectiva dos estudos críticos e pós-estruturalistas. O grupo tem se dedicado a estudar a formação de professores e a educação básica.

### Quadro 7: Linhas de Pesquisa do Grupo de Pesquisa na Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri

Nome da Linha de Pesquisa	Quantidade de Estudantes	Quantidade de Pesquisadores
Currículo, Diferença e Cultura	4	4
Currículos e Diferença Cultural	0	1

9 Endereço para acessar este espelho: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0415287254245250](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0415287254245250)

Discurso Pedagógico	0	1
---------------------	---	---

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Espelho do Grupo – base de dados do CNPq – disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0415287254245250> Acesso em 30/10/2016.

O grupo possui três linhas de pesquisa: “Currículo, diferença e cultura”; “Currículos e Diferença Cultural”; “Discurso Pedagógico”. O núcleo envolve quatro estudantes na linha de pesquisa “Currículo, diferença e cultura”, juntamente com quatro pesquisadores. Conforme o quadro seguinte o grupo possui apenas seis pesquisadores: 05 deles possuem o título de doutor. Os estudantes são graduados em pedagogia e alunos destes pesquisadores.

Quadro 8: Pesquisadores do grupo de Pesquisa na Universidade Federal dos Vales Jequetinhonha e Mucuri

<b>Pesquisadores</b>	<b>Titulação Máxima</b>	<b>Data de Inclusão</b>
Bárbara Carvalho Ferreira	Doutorado	11/10/2014
Denise da Silva Braga	Doutorado	11/10/2014
Juliana Rodrigues Bonifácio	Especialização	22/02/2015
Regina Célia do Couto	Doutorado	09/11/2015
Rivaldo Alfredo Paccola	Doutorado	11/10/2014
Thamar Kalil de Campos Alves	Doutorado	11/10/2014
<b>Estudantes</b>	<b>Nível de Treinamento</b>	<b>Data de Inclusão</b>
Luís Fernando Rangel de Oliveira Mafra	Graduação	11/12/2015
Maria Cristina Venâncio da Silva	Não há formação em andamento	19/10/2014
Rafaela Regina Moraes	Graduação	04/11/2014
Talisson Daniel Soares Leite	Graduação	15/07/2015

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Espelho do Grupo – base de dados do CNPq – disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0415287254245250> Acesso em 30/10/2016.

Quadro 9: Corpo de Pesquisadores do Grupo de Pesquisa na Universidade Federal dos Vales Jequetinhonha e Mucuri

<b>F o r m a ç ã o Acadêmica</b>	<b>Pesquisadores</b>	<b>Estudantes</b>	<b>Técnicos</b>	<b>Total</b>
Doutorado	5	0	0	5
Especialização	1	0	0	1
Graduação	0	2	0	2
Outros	0	2	0	2

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Espelho do Grupo – base de dados do CNPq – disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0415287254245250> Acesso em 30/10/2016.

Deste modo, com base nos dados coletados, acreditamos que o grupo está se consolidando e tem importante papel na área de humanidades da instituição, tendo atuado no estudo de diversidade e diferença no programa de pós-graduação, nível mestrado. O grupo também está envolvido com a coordenação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) da CAPES, que concede bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas, e, que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. Deste modo, o grupo de pesquisa estudado integra o tema da diversidade na formação dos graduandos e de professores, assim como dialoga com as políticas públicas de formação de professores oferecidas pelo Governo Federal.

### Tecendo Algumas Reflexões

O Brasil é um dos maiores países multiculturais do mundo, sua composição étnico-racial se destaca por um enorme contingente de afrodescendentes. Este contingente representa mais da metade – 50,7% segundo dados do IBGE, censo de 2010 – das pessoas que se auto-identificam como negros ou pardos. Tal dado demonstra a centralidade da “raça negra” na composição social do Brasil. Os afrodescendentes, no entanto, foram histórica e socialmente discriminados, oprimidos e explorados ecoando o cenário constituído das relações sociais e econômicas do Brasil.

Do ponto de vista educacional, algumas medidas relevantes foram tomadas para tentar reverter a desigualdade entre brancos e negros. Sabe-se que a educação tem um papel socialmente estratégico, o que não significa dizer que a ela caiba a resolução de todas as mazelas sociais, mas as instituições educacionais constituem esferas importantes na produção de conhecimentos e na formação de uma intelectualidade capaz de contribuir para transformações sociais. A sociedade brasileira mais ampla é um *locus* onde se manifesta os estereótipos a respeito dos afrodescendentes expressos no desrespeito aos seus direitos, na discriminação, racismo, violência simbólica, verbal, física, e no não reconhecimento da legitimidade da identidade negra<sup>10</sup>.

Dentre as ações tomadas para a reversão da assimetria de acesso à educação da população afro-descendente, destaca-se, a partir dos anos 1970, a consolidação de cursos de pós-graduação em educação, o que permitiu a emergência de grupos de intelectuais negros nas universidades públicas brasileiras, ou seja, pesquisadores interessados em produzir conhecimentos sobre as relações étnico-raciais. Cabe destacar que muitos destes intelectuais tiveram sua trajetória acadêmica e devida marcadamente influenciada pelos movimentos negros. Portanto, a partir desse período se constituíram grupos de pesquisa, encontros, congressos e pesquisas inseridas na temática das relações étnico-raciais e educação<sup>11</sup>. A redemocratização do Brasil, iniciada nos anos de 1980, propiciou o surgimento de profissionais com um novo perfil intelectual preocupado com as relações raciais, especialmente na esfera educacional<sup>12</sup>.

---

10 OLIVEIRA FILHO, J. P. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”, *Mana*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p.47-7, 1998. GOMES, N. L.; MIRANDA, S. A. “Gênero, raça e educação: indagações advindas de um olhar sobre uma academia de modelos”, *POIÉSIS - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação (Unisul)*, v. 8, p. 81-103, 2014; MUNANGA, K. “A identidade negra no contexto da globalização”, *Ethnos Brasil, revista do NUPE/Unesp*, Marília, v. Ano 1, n.1, p. 11-20, 2002. MUNANGA, K. “Por que ensinar a história do negro na escola brasileira?”, *Nguzu: Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos*, v. 1, p. 62-67, 2011; MUNANGA, K. *Origens africanas do Brasil contemporâneo: Histórias, línguas, culturas e civilizações*. 1. ed. São Paulo: Global, 2009. 109p.

11 GOMES, Nilma Lino. “Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas”, *RBPAE*, v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

12 Para outras abordagens da autora, consulte-se: GOMES, Nilma L. Programa Ações Afirmativas na UFMG: uma proposta corajosa. In: GOMES, Nilma L.; MARTINS, Aracy A.. (Org.). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.37-45. GOMES, Nilma Lino. “A universidade pública como direito dos (das) jovens negros(as): a experiência do Programa Ações Afirm-

---

---

A garantia da educação como um direito que deve ser estendido a todos está previsto na Constituição Federal de 1988. Entretanto, não raramente a esfera educacional reverbera, em seu interior, o quadro da desigualdade e discriminação racial característico do Brasil. No âmbito da Educação Nacional a criação da Lei nº 9.394/96, foi marcada pela participação da militância negra nos anos 80, no entanto:

nem a Constituição de 1988 nem a LDB incluíram, de fato, as reivindicações desse movimento em prol da educação. Os debates em torno da questão racial realizados entre o Movimento Negro e os parlamentares revelam um processo de esvaziamento do conteúdo político das reivindicações. Estas acabam sendo inseridas de maneira parcial e distorcidas nos textos legais [...]”<sup>13</sup>.

Ademais, o Artigo 26 da LDB era composto de um “significado genérico”, razão pela qual foi mudado em 2003, quando sancionou-se a Lei nº 10.639/03 e instituiu-se a obrigatoriedade do ensino de História da África e das Culturas Afro-brasileiras nas escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio. Em 2008, o texto legal foi novamente alterado incluindo a temática indígena. No ano de 2004, o Ministério da Educação criou a Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad – tornando obrigatório o ensino de história e cultura Afro-brasileira na educação básica, cujo objetivo é reconhecer e valorizar a história, a cultura e a identidade negra negligenciada nos currículos de ensino nessa fase da escolarização. Importante realçar que as medidas tomadas decorreram de reivindicações dos movimentos sociais negros.

Tendo em vista o rápido quadro esboçado, cabe realçar a relevância deste artigo, cujo objetivo foi de mapear os grupos de pesquisa e suas produções na temática das relações étnico-raciais nos cursos de Pedagogia da UNIFAL e UFVJM. A importância da investigação ancorou-se naquilo que está previsto nas diretrizes aqui mencionadas, ou seja, a necessidade de que todos os alunos, sem ressalva de raça e/ou etnia, tenham acesso ao ensino que lhes possibilite condições materiais e intelectuais de maneira a sentirem-se aquilatados e amparados. Destarte, se faz de fundamental importância a formação adequada e sólida dos educadores que atuarão na educação básica.

## Considerações Finais

A proposta de investigar os centros de estudos que desenvolvam pesquisas relacionadas às questões étnico-raciais, de gênero e diversidade, residiu no reconhecimento de que esses espaços são relevantes não só na formação de pesquisadores sobre a temática, mas na formação dos futuros docentes, que são egressos dos cursos de pedagogia de diferentes instituições. Os grupos da UNIFAL e UFVJM desenvolvem ótimo trabalho acerca das questões étnico-raciais na educação e culturas brasileiras, também se destacando no diálogo com políticas públicas federais para esse assunto.

Ademais, as instituições de ensino devem se constituir enquanto espaço democrático de divulgação e produção de conhecimentos que visem uma sociedade igualitária, que garanta o respeito às diferenças e a diversidade, bem como a equidade

---

ativas na UFMG”. In: Sales Augusto dos Santos. (Org.). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. 1ª ed. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p. 251-268. JESUS, R. E. ; GOMES, NILMA LINO . A “Constituição” da Nação Brasileira em Disputa: o Debate em Torno da (in) Constitucionalidade das Ações Afirmativas. In: Tomo (UFS), v. 24, p. 86-107, 2014.

13 GOMES, Nilma Lino. “Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas”, *RBPAE*, v. 27, n. 1, 2011, p. 113.

dos direitos da população como um todo, reconhecendo a licitude das manifestações da diferença sem as restrições impostas pelo racismo e/ou preconceitos de gênero, religioso, político e etc. Nesse sentido, “[...] a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime”.

Para alcançar as transformações requeridas para a abrangência de uma sociedade menos desigual, os profissionais da educação necessitam de uma formação sólida e continuada destinada a contribuir para desconstrução da consciência vigente quanto às discriminações e o racismo ainda com fortes ressonâncias na sociedade. Portanto, a formação dos pedagogos com consciência renovada quanto à temática é de extrema importância como uma das ações para a reversão das desigualdades sofridas pela população afro-brasileira.

Acreditamos que o tratamento da temática por mais grupos de pesquisas e propostas curriculares impactam na formação de futuros educadores para que sejam capazes de orientar seus alunos através de uma educação comprometida com a superação de estereótipos racistas difundidos no imaginário étnico-racial brasileiro. A educação Brasileira ainda privilegia elementos das raízes culturais europeias em detrimento de nossas raízes culturais indígenas e africanas, sem comprometimento com a valorização da diferença e diversidade.

Recebido em: 11/12/2017

Aprovado em: 01/07/2018